COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO E DIREITOS HUMANOS.

PARECER N.º /2023

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 23/2023.

OBJETO: CONCEDE O TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA UNAIENSE AO SENHOR LEANDRO MARCOS DOS SANTOS.

AUTOR: VEREADOR CLEBER CANOA.

RELATOR: VEREADOR PETRÔNIO NÊGO ROCHA.

1. Relatório:

O Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/2023 é de iniciativa do nobre Vereador Cleber Canoa e tem o fito de conceder o Título de Cidadania Honorária Unaiense ao Senhor Leandro Marcos dos Santos.

O pleito tem fundamento nos relevantes e altruísticos serviços prestados pelo homenageado ao Município de Unai.

Recebido em 6 de novembro de 2023 o Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/2023 foi distribuído à Douta Comissão de Constituição e Justiça por força do disposto nas alíneas 'a' e 'g' inciso I, do art. 102, I, 'a' e 'g' do Regimento Interno desta Casa Legislativa, para exame e parecer nos termos e prazos regimentais.

O Vice-Presidente desta Comissão, Vereador Petrônio Nêgo Rocha, recebeu o Projeto de Decreto Legislativo em questão e se autodesignou-se como relator da matéria, por força do r. despacho dele como Vice-presidente desta Comissão.

2. Fundamentação:

Quanto à presente comissão, de acordo com o disposto no artigo 102, inciso I, 'a', 'g', 'i' e 'k', do Regimento Interno, cabe a análise da matéria sob comento nos seguintes aspectos que se transcreve abaixo:

Art. 102. A competência de cada Comissão Permanente decorre da matéria compreendida em sua denominação, incumbindo, especificamente: I à Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos:
a) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico

e regimental de projetos, emendas, substitutivos e requerimentos sujeitos à apreciação da Câmara; 6-0

g) admissibilidade de proposições;

i) técnica legislativa de todas as proposições do processo legislativo;

k) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e no mérito acerca de projetos de concessão de honrarias

A Lei Orgânica do Município de Unaí estabelece em seu artigo 62 o seguinte:

Art. 62. Compete privativamente à Câmara Municipal:

XXV - conceder título de cidadania honorária ou conferir homenagem a pessoas que se destacaram na prestação de relevantes serviços ao Município;

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Unaí prevê que:

Art. 251. Salvo disposições regimentais em contrário, passam por dois turnos de discussão e votação todas as proposições, com exceção das que tenham tramitação disposta em regulamento próprio e as proposições que passam por turno único dispostas a seguir:

III - que concedem título de cidadania honorária e diplomas de honrarias;

Em estrito cumprimento ao disposto no artigo 220 da Resolução n.º 195, de 25/11/1992, modificado pela Resolução n.º 537, de 21/12/2004, esta Comissão passa a ter competência também para a apreciação do mérito da proposição em destaque.

A concessão de títulos de cidadania honorária pelo Poder Legislativo de Unaí é regulamentada pela Resolução n.º 516, de 3 de dezembro de 2003, que instituiu o Código de Homenagens da Câmara Municipal de Unaí, e que no artigo 10 prevê a competência para propositura sendo de qualquer Vereador, Mesa Diretora ou de Comissão da Câmara.

Vencido qualquer óbice quanto à competência desta Comissão, cabe a análise da iniciativa do nobre autor em face dos requisitos legais. De acordo com o artigo 16 do Código de Homenagens, fica fixado em 5 (cinco) o número de proposições a serem subscritas por cada Vereador, Mesa Diretora ou Comissão da Câmara, sendo 1 (uma) para concessão do Título de Cidadania Honorária Unaiense, 2 (duas) para concessão dos Diplomas de Mérito e 2 (duas) para concessão das outras distinções honoríficas constantes do Código de Homenagens da Câmara, em cada sessão legislativa. Para dirimir qualquer dúvida sobre a pessoa do autor houve a juntada da declaração subscrita pela Servidora Arionilda Caixeta da Silva Braga, datada de 6/11/2023, que afirma o seguinte:

“DECLARO, para fins do Processo Legislativo e cumprimento do artigo 18 da Resolução 516, de 3 de dezembro de 2003, que o Vereador Cleber Canoa não incorre nas vedações previstas na referida Resolução, restando assim desimpedido para apresentar a respectiva proposição que concede o Título de Cidadania Honorária Unaiense ao Senhor Leandro Marcos dos Santos

Na oportunidade, registre-se que o Código de Homenagens veda a entrega dos

diplomas nos 90 (noventa) dias anteriores às eleições municipais, o que não ocorre no caso sob comento, tendo em vista que não estamos em ano eleitoral municipal.

Este relator manifesta-se no sentido de que o homenageado deve ser reconhecido por esta Casa Legislativa pelos relevantes serviços e atividades que vem exercendo no Município de Unaí, concordando com o que o autor da matéria, que afirma o seguinte (fls.3):

“Este projeto sob comento, busca oferecer ao Senhor Leandro Marcos dos Santos, o Título de Cidadania Honorária Unaiense, em virtude dos seus altruísticos serviços prestados ao Município de Unaí. Leandro Marcos é cristão, brasileiro, servidor público estadual, investigador de polícia/PCMG, católico, nasceu em Pompéu-MG, no dia 08 de fevereiro de 1987, filho de Silvania Aparecida Agenor e Benvindo Cecílio dos Santos. Mudou-se com a família para Unaí no ano de 1994, iniciando os estudos do ensino fundamental na Escola Estadual Vigário Torres. Posteriormente, foi transferido para a Escola Estadual Manoela Faria Soares, onde cursou da 5ª à 8ª série, estudando o 1º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Tancredo de Almeida Neves, vindo a concluir o ensino médio na Escola Estadual Dom Eliseu. Durante a infância frequentou e participou dos trabalhos sociais desenvolvidos na antiga Fundação Vida, hoje CEPASA (Centro Polivalente de Atividades Sociais, Culturais e Ambientais. O CEPASA tem como objetivo qualificar adolescentes e jovens ao mercado de trabalho através do programa integrado de qualificação, promovendo o desenvolvimento profissional, intelectual e sociais dos seus alunos. Nesse ambiente saudável, Leandro Marcos recebeu vários ensinamentos que contribuíram para o seu crescimento pessoal, com valores éticos e morais, com ênfase no patriotismo e responsabilidade. Na Fundação Vida, iniciou o treinamento do karatê (arte marcial japonesa e um método de ataque e defesa pessoal que inclui diversas técnicas executadas com as mãos desarmadas. Karate é uma palavra japonesa que significa “mãos vazias”). Após ter sido graduado faixa preta, tornou-se professor dessa arte marcial, formando novos atletas, com princípios de justiça, disciplina, honestidade e respeito, fazendo da arte marcial uma ferramenta de fortalecimento ético, moral e corporal, contribuindo com a formação cidadã de seus alunos. Ao concluir o ensino médio, Leandro Marcos, passou no concurso dos Correios, onde atuou durante 3 anos e meio, deixando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, ingressou na Polícia Civil de Minas Gerais, através de um novo concurso público, onde atua desde o ano de 2010, desenvolvendo a atividade policial inicialmente na cidade de Pompéu/MG, voltando à Unaí-MG em meados do ano de 2013, onde firmou as suas bases e criou suas raízes. Ao longo de sua carreira policial, Leandro Marcos atuou em nas Delegacias Especializadas de Unaí, em investigações e operações policiais visando reprimir crimes diversos tais como, Roubos, Tráficos de Drogas e Homicídios. Desde o ano de 2017 atua no Setor de Identificação, onde é o Supervisor e presta serviço diretamente à população com afinco e boa vontade. No dia 07 de setembro de 2019, Leandro Marcos dos Santos, casou-se na Igreja Católica de Nossa Senhora Aparecida, com Ana Karolina Teodoro Rodrigues, formando sua família e consolidando seus vínculos. Participou do 7º Cursinho Jovem, ocorrido em Unaí-MG, tornando-se cursilista, onde teve oportunidade de servir a Deus e ao próximo, tornando mais latente seu espírito cristão. Em janeiro de 2021, por indicação do rotariano Cleber Canoa, Leandro Marcos foi empossado ao Rotary Clube de Unaí Capim Branco, onde até a presente data junto com toda a família rotaria, dedica-se aos trabalhos filantrópicos e sociais à sociedade Unaiense”.

2.1 Análise dos Requisitos:

Para a apresentação de proposição que trate acerca de concessão de título de cidadania honorária, necessário se toma que o autor da matéria a instrua com os seguintes documentos:

Art. 13. A proposição deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - Publicações, notas, recortes, peças publicitárias ou declarações que atestem de forma idônea os feitos do outorgado, a fim de que o mérito da comenda seja objetivamente apurado; (fls.5,12)

II - curriculum vitae, no caso de pessoa física; e estatuto ou contrato social, no caso de pessoa jurídica (fls.8);

III - Cópia do documento de registro geral e cópia do documento de cadastro de pessoa física ou jurídica do homenageado (fls.9);

IV - 'Revogado ' (Inciso revogado pela Resolução n. 0 588, de 19 de junho de 2018.);

V - Certidão negativa de distribuição de ações criminais, expedida pelo cartório distribuidor da Comarca de Unaí, inclusive do Juizado Especial, no caso de pessoa física, referente aos últimos dez anos; e (certidão que este relator junta ao presente parecer) (fls.10)

VI - 'Revogado' (Inciso revogado pela Resolução n. 0 588, de 19 de junho de 2018.)

Pelo exposto, este relator entende que o autor apresentou os documentos exigidos pelo artigo 13 do Código de Homenagens.

2.3. Da Residência no Município de Unaí:

O Código de homenagens trouxe no parágrafo 5º do artigo 2º o seguinte:

§ 5º É requisito indispensável para concessão do título de cidadania honorária, relativamente ao outorgado, a prova de que reside há pelo menos 5 (cinco) anos no Município, no caso de imigrante, dispensado dessa exigência o outorgado que residir fora do Município. (Nova Redação dada pela Resolução n.º 588, de 19 de junho de 2018.

No Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/2023 observa-se que o Senhor Leandro Marcos dos Santos é natural da cidade de Pompéu (MG) e mora em Unaí (MG) desde do ano de 1994, conforme justificativa (fls.3) e, declaração de residência na (fl.11) e, logo, este relator entende que tal requisito foi cumprido.

3.CONCLUSÃO:

Pelo exposto, voto favorável ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 23/2023, salvo melhor juízo.

Plenário Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, 9 de novembro de 2023; 79 a

da Instalação do Município.

VEREADOR PETRÔNIO NÊGO ROCHA
Relator